Pela necessidade de criar, manter e fortalecer o ecossistema empreendedor solidário

Leandro Morais e Miguel Bacic

A discussão sobre as bases sistêmicas que induzem a criação de novos empreendimentos se fundamenta nos conceitos de "ecossistema empreendedor" (Isemberg 2011). A partir dos anos 1990, o tema do ecossistema empreendedor surge na literatura e passa a ganhar importância como paradigma para interpretar os atores e as relações que levam ao surgimento e ao crescimento de empreendimentos com base no conhecimento e na formulação de políticas públicas para dinamizar atores e relações (Bacic, 2014). A interação das relações entre os atores e os resultados de suas ações leva ao conceito de "co-evolução" e privilegia a visão de ecossistema, pois permite entender a sinergia entre as partes e a evolução e o impacto das relações mútuas. A co-evolução não ocorre somente no âmbito do mercado, visto que os empreendimentos podem co-evolucionar no ambiente social, nos marcos regulatórios, na natureza das instituições, nas trajetórias tecnológicas etc. O processo de co-evolução se dá conjuntamente com o ambiente onde os empreendimentos estão operando e se baseia em influências mutuas, uma vez que são padrões de causalidade coletiva entre os vários componentes que interatuam dentro do sistema (Nelson, 1994). Ganha importância, nesta perspectiva, a ideia de "co-construção" deste ambiente empreendedor, assim como das políticas públicas de apoio (Morais, 2013). Em se tratando especificamente da economia social e solidária (ESS), levando em conta suas especificidades imanentes e seu *modus operandi* (Morais e Bacic, 2016), a ideia de ecossistema empreendedor solidário não se trata de uma simples cópia dos elementos constitutivos descritos para uma empresa tradicional. Algumas pistas adicionais da estruturação deste ecossistema podem ser encontradas em Lemos (2011) e em um recente documento da Comissão Europeia (2016). O primeiro chama a atenção à importância da "hélice tripla" e as relações entre o governo, a universidade e o empreendimento. Já o segundo, ao reconhecer a complexidade inerente ao processo de constituição do ecossistema para as empresas sociais, propugna a existência de dois pilares fundamentais: políticas públicas de apoio e capacidade auto-organizativa da sociedade civil. Nesse sentido, este trabalho terá como objetivo discutir o processo de co-construção e de co-evolução de um ambiente que propicie a criação, manutenção e fortalecimento do ecossistema empreendedor solidário.

Referências Bibliográficas

BACIC, M. (2014). *Da oportunidade de pensar no desenvolvimento de um ecossistema empreendedor para os empreendimentos de economia solidária em América Latina.* Publicações da 4ª Academia Internacional sobre Economia Social e Solidária da OIT – Campinas, 2014. ILO, Genebra.

COMISSÃO EUROPEIA. *Social enterprises and their eco-systems: developments in Europe*. Luxemburgo, 2016. Disponível em: http://europa.eu/.

ISEMBERG, D. (2011) *The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy*. The Babson Entrepreneurship Ecosystem Project. Babson College. Disponível em: <http://www.wheda.com/root/uploadedFiles/Website/About_Wheda/Babson%20Entrepreneurship%20Ecosystem%20Project.pdf>.

LEMOS, P. (2011). *As Universidades de Pesquisa e a Gestão Estratégica do Empreendedorismo – Uma proposta de metodologia de análise de ecossistemas*. Campinas: Instituto de Geociências – UNICAMP (Tese de Doutorado).

MORAIS, L. (2013). *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado).

MORAIS, L.P.; BACIC, M. J. (2016). *Redes de Economia Solidária e a relevância do ecossistema empreendedor solidário.* In: V Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas e I Conferência Internacional RILESS-EMES: Economia Solidária e Empresas Sociais. UNISINOS.

NELSON, R. (1994). The Co-evolution of technology, industrial structure, and supporting institutions. *Industrial and Corporate Change* [S.I.], v. 31, n. 1, p. 47-63.